

BC dá mais estímulo à conversão da dívida

BRASÍLIA — O Banco Central alterou ontem o prazo de permanência no Brasil de investimentos estrangeiros originários de conversão da dívida externa. O objetivo é incentivar o ingresso de investimentos diretos, especialmente de longo prazo. Até agora, devido às regras pouco flexíveis, as operações de conversão de dívida ficavam restritas a créditos de curtíssimo prazo. As novas regras valem apenas para a chamada dívida não afetada (que não está sendo renegociada pelo governo brasileiro) do setor privado.

A partir de agora, as conversões de operações de crédito externas em investimentos diretos poderão permanecer no país pelo mesmo prazo previsto para outros tipos de investimento realizados à época da conversão. Atualmente, este prazo é de 30 meses. Antes, o dinheiro convertido tinha que ficar pelo mesmo prazo do empréstimo que originou a conversão. Por isso, apenas as operações de curto prazo eram atraentes para os credores.

Dívida — O presidente do Ban-

co Central, Paulo César Ximenes, revelou ontem que o Brasil espera fazer com que os credores internacionais desloquem as suas opções por bônus ao par, hoje correspondentes a 59% do estoque em negociação, para 35% e 40% do total. O país também deseja que a opção por

bônus de desconto, hoje em 19%, suba para os mesmos 35% a 40%. Esta posição será levada oficialmente pelo negociador da dívida externa, Pedro Malan, ao comitê assessor dos credores privados na próxima semana, mas, segundo Ximenes, informalmente, "os bancos já sabem".

O presidente do BC admitiu que o governo precisa fechar o acordo

com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para concluir a negociação com os credores internacionais. Além desta exigência constar da minuta do acordo, parte dos recursos novos a serem liberados pelo Fundo com o fechamento de um acordo servirá para pagamento das garantias brasileiras aos credores. O Brasil espera utilizar cerca de US\$ 500 milhões do FMI na constituição das garantias.



Paulo César Ximenes